

A porta falsa

Uma disputa pela presidência da Câmara dos Deputados, entre Ulysses Guimarães e Fernando Lyra, não se consumou ainda e já demonstrou, às vésperas de nova legislatura e da Constituinte, a continuidade intacta do desapareço que têm pelas instituições, em especial pelo Congresso, justo aqueles a quem caberia torná-las sólidas e confiáveis — o presidente da República e a maioria parlamentar.

A nova legislatura e a Constituinte despontam sob a mesma égida do oportunismo, da pobreza de espírito cívico, do aventureirismo e do desprezo pelos princípios democráticos com que, em 85 e 86, os praticantes das espertezas vis marcaram a vida do Congresso e lhe demarcaram a desmoralização.

Um composto de estreantes e reeleitos do PMDB lançou um movimento, que se propaga no partido, para que as atividades de Câmara e Senado sejam suspensas durante a Constituinte. A proposta não surgiu entre eles: sua autoria é atribuída ao presidente Sarney e lhes foi transmitida pelo Planalto. E o que há por trás de sua adesão a tal proposta é muito simples: uma parte, composta quase toda por deputados já antigos, é ulyssista mas está temerosa da ferroteia de Ulysses; a outra, com muitos novatos, quer a vitória de Ulysses mas não quer se comprometer, logo na estréia, com um ato inconstitucional (a Constituição proíbe a reeleição para a presidência da Câmara, que Ulysses exerce). Logo, se Câmara e Senado só voltarem a funcionar quando promulgada a nova Constituição, o provável é que não mais esteja em vigência a inconstitucionalidade da reeleição, que o PMDB, com sua maioria na Constituinte, poderá excluir do novo texto. Muito confortável. E muito esperto. Mas nada digno de um parlamentar: é a troca de um ato inconstitucional pelo ato pusilânime. E a queda em outro ato inconstitucional.

Por conveniência do presidente Sarney, a liderança do PMDB protegeu o quanto foi possível a convocação da Constituinte, terminando até por ceder ao presidente a iniciativa de convocá-la. Já desde antes, e por toda delonga obtida pelo presidente, as numerosas propostas pela "Constituinte exclusiva", e aqui mesmo nesta posição foi apoiada, encontraram a obstinada resistência do comando peemedebista e de Sarney. Comentaristas ligados ao primeiro ou ao segundo tacharam esta posição de

"proposta esquerdista", sem esclarecer por que esquerdista, mas no uso de recurso que dispensa esclarecimento.

O PMDB, por fim, com sua bancada majoritária decidiu a aprovação do projeto híbrido, de Congresso constituinte, enviado ao exame dos congressistas pelo Planalto. Projeto elaborado nos termos de acerto prévio entre o presidente Sarney, a quem mais a fórmula na ocasião parecia convir, e Ulysses Guimarães, como presidente do PMDB e da Câmara, ambos com o apoio dos líderes das bancadas peemedebistas na Câmara e no Senado.

A lei que peemedebistas tentam agora derrubar, outra vez por conveniência, determinou o funcionamento simultâneo de Congresso e Constituinte, não existindo fórmula constitucional que permita devolvê-la à cesta de onde não devera ter saído. A Constituinte compete fazer nova Constituição, só cabendo ao Congresso (reunião de Senado e Câmara) alterar a legislação vigente. E se Câmara e Senado não entram em atividade, não haveria, legitimamente, como fazer tal alteração. A solução, para isso, seria a Constituinte começar por uma inconstitucionalidade.

Define-se agora o deputado Ulysses Guimarães como "um defensor do funcionamento exclusivo da Constituinte". Não é verdade. Ulysses pode fazer o que quiser com o respeito por si mesmo, mas não com os registros, impressos e gravados, de sua oposição decisiva à Constituinte exclusiva. Na sua tentativa de encontrar uma porta falsa, diz Ulysses que "a Constituinte exclusiva representa a tese do bom senso, pois a própria Bíblia ensina que não se pode servir a dois senhores ao mesmo tempo, que dirá a quatro — Câmara, Senado, Congresso e Constituinte". Se é a tese do bom senso, falta a Ulysses explicar a razão de seu acordo contra ela, com Sarney, quando era possível e democrático aprová-la. E se é impossível servir a quatro senhores, não é outro seu objetivo nesta historiada: presidir a Constituinte, a Câmara, o PMDB e ainda ser o vice-presidente eventual.

O Congresso constituinte foi uma fórmula prejudicial à democratização, mas, desde que aprovado, é assim que terá de ser. A menos que os congressistas-constituintes comecem por trair o Congresso. O que já seria o primeiro passo para trair também a Constituinte.